



## **Agroecologia no Brasil: uma histórica contada em três tempos** *Agroecology in Brazil: a history told in three stages*

FARIA, Andréa Alice da Cunha<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), andalice@uol.com.br

### **Eixo temático: Construção do Conhecimento Agroecológico e Dinâmicas Comunitárias**

**Resumo:** O artigo fundamenta-se em pesquisa desenvolvida com o objetivo de demonstrar e analisar a existência de vínculos político-pedagógicos entre Agroecologia e Educação Popular. Utilizando-se principalmente de fontes primárias e entrevistas com pessoas-chave, o percurso investigativo conduziu a um estudo aprofundado acerca do processo histórico de constituição do movimento agroecológico brasileiro. Estruturada sob o título “A Educação que constrói a Agroecologia no Brasil”, a pesquisa permitiu a produção de uma historiografia da Agroecologia no Brasil, em torno de três momentos articulados, intitulados: “espaços de germinação: das resistências às alternativas”; “dinâmicas de interação: da Agricultura Alternativa à Agroecologia” e “movimentos de expansão: da Pequena Produção à Agricultura Familiar”. O presente artigo destina-se à apresentação desta historiografia ao debate.

**Palavras-chave:** História da Agroecologia; Desenvolvimento; Educação Popular.

**Keywords:** History of Agroecology; Development; Popular Education.

### **Introdução**

Em sintonia com os debates atuais no campo da construção do conhecimento agroecológico, tomamos como referência a compreensão da Agroecologia como sendo, ao mesmo tempo, ciência, prática e movimento social (QUIROZ, 2016). No caso da pesquisa que dá suporte ao presente artigo tornou-se adequado abordar a Agroecologia a partir de sua dimensão de movimento social sem, no entanto, desconhecer a interconexão permanente e orgânica entre as três dimensões. Esta opção fundamenta-se no entendimento de que, se existem vínculos entre Agroecologia e Educação Popular, conforme suposto pela pesquisa, estes vínculos foram sendo construídos e se expressam através dos processos de interação entre sujeitos sociais que se colocaram “em movimento” na construção daquilo que hoje é identificado como movimento agroecológico brasileiro.

Carlos Rodrigues Brandão (1984), por sua vez, define a Educação Popular “como um movimento de educação ou, se quisermos, como a educação em estado de movimento” (p.08). Um movimento que germinou na América Latina, no início da década de 1960, “como uma sucessão de movimentos de diferentes tipos de educadores, (...) historicamente situado como um serviço pedagógico a projetos políticos das classes populares” (p.08,09). Foi neste contexto que Paulo Freire, reconhecido integrante destes “movimentos de diferentes tipos de educadores” formulou concepções e propostas sobre a educação brasileira. Ele o fez,



originalmente, através de tese apresentada em concurso para professor de História e Filosofia da Educação da Escola de Belas Artes de Pernambuco intitulada “Educação e Atualidade Brasileira”, defendida no ano de 1959 e publicada apenas em 2001. Esta obra, lamentavelmente pouco conhecida no Brasil, revela o nexó político-pedagógico de seu pensamento, exposto em diálogo com pensadores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), a exemplo de Alberto Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré, Geraldo Bastos Silva, Roland Corbisier, além de Anísio Teixeira e João Roberto Moreira.

Influenciado por um contexto no qual os rumos do desenvolvimento brasileiro estavam em franco debate, Paulo Freire formula as bases de uma “educação para o desenvolvimento e para a democracia” (expressão reiteradamente empregada em sua tese), explicitamente associando uma proposta pedagógica a um projeto político (de desenvolvimento e de sociedade). Por esta razão, a referida obra despertou interesse especial para esta pesquisa que se situa no amplo campo de debates sobre o papel da educação nos processos de desenvolvimento.

## **Metodologia**

O primeiro movimento de pesquisa consistiu na construção de uma “chave de leitura” a fim de orientar a busca e a compreensão da existência (ou não) dos (até então, supostos) vínculos entre Agroecologia e Educação Popular. Para tanto, recorreu-se a já citada obra de Paulo Freire e aos textos produzidos pelo ISEB naquele contexto dos anos 1950, fundamentando-se pela seguinte linha argumentativa: se há uma relação intrínseca entre educação e desenvolvimento; se as formulações freireanas para a educação dialogaram inicialmente com as formulações isebianas a respeito do desenvolvimento brasileiro, é possível supor que esteja vinculado à formulação freireana para a embrionária Educação Popular, um esboço de projeto de desenvolvimento.

Após esta etapa, a pesquisa assumiu seu caráter historiográfico, buscando analisar se (e como) os vínculos entre Educação Popular e Agroecologia foram se constituindo ao longo do tempo. Para tanto, recorreu-se a fontes primárias através da consulta a documentos históricos e à realização de entrevistas com pessoas envolvidas no processo de constituição do movimento agroecológico brasileiro. Além destas fontes primárias, foram utilizadas fontes secundárias, através da consulta a pesquisas acadêmicas sobre o movimento agroecológico brasileiro.

As entrevistas semiestruturadas foram mediadas por um quadro motivador, com elementos visuais, imagéticos e de síntese discursiva, a fim de favorecer o levantamento do ponto de vista dos/as entrevistados/as acerca do processo de constituição do movimento agroecológico brasileiro, especialmente em relação aos fatores constituintes, sujeitos envolvidos, enfrentamentos vivenciados, continuidades e descontinuidades. Através de uma descrição densa (GEERTZ, 2008) deste processo histórico, objetivou-se explicitar e interpretar sentidos e significados da



presença da concepção de Educação Popular na constituição da Agroecologia no Brasil. Para Geertz (2008), toda descrição “[...] é claramente um ato de imaginação” (p.11), é uma leitura, uma interpretação inicialmente apreendida e seguidamente, produzida. Seu valor está na busca por estruturas significantes que revelem novas interpretações do fenômeno estudado. No caso da pesquisa em tela, o processo nos permitiu, dentre outros resultados, a elaboração da historiografia aqui apresentada.

## **Resultados e Discussão**

O movimento agroecológico brasileiro não nasceu instituído. Ele foi se constituindo ao longo do tempo e assim permanece, em movimento e em permanente processo de construção. No entanto, é possível afirmar que sua constituição decorre do enfrentamento de uma problemática central: as questões relativas aos sistemas produtivos no campo brasileiro, ou seja, as questões de natureza agrícola.

No final dos anos 1970, tais questões – que sempre fizeram parte do cotidiano das famílias de agricultores, no enfrentamento diário dos desafios do plantio, da criação, da colheita, do beneficiamento, da comercialização etc. – começam a interpelar de forma mais incisiva as organizações (especialmente ligadas à Igreja Católica) que atuavam junto aos setores populares do campo. Surge daí aquilo que denominamos “espaços de germinação” do movimento agroecológico brasileiro, dentre os quais se destaca a criação, no início da década de 1980, por parte da Regional Nordeste II da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de uma linha de ação chamada “Projetos Alternativos”. Tais projetos fomentaram pequenas obras de captação e armazenamento de água de chuva (como barreiros e cisternas), bem como o apoio técnico às atividades produtivas (como hortas e criação de animais), além de trabalhos de educação de base, organização comunitária e luta pela terra. Esta iniciativa culmina com a estruturação, em 1984, na cidade de Pesqueira/PE, do Centro de Capacitação e Apoio aos Projetos Alternativos (CECAPAS).

Outros “espaços de germinação” deste mesmo movimento emergem da Academia. Das Ciências Agrárias, por ser esta área do conhecimento aquela que originalmente toma os sistemas de produção agrícolas como objeto de seus estudos, mas também, das Ciências Sociais, especialmente quando estas associam questões de natureza agrícola às questões de natureza social, política, ambiental e cultural.

Muitas dessas iniciativas estruturam-se a partir do enfrentamento de questões de natureza agrária, ou seja, da resistência às problemáticas decorrentes da estrutura agrária altamente concentrada que caracteriza a ocupação dos espaços rurais no Brasil. Ao longo do tempo, agregam a perspectiva de construção de alternativas de produção e de organização comunitária a partir do local, do micro, das comunidades. Outras iniciativas emergem da resistência a uma matriz tecnológica modernizante, agroquímica, propagandeada como “único caminho” para “acabar com a fome no mundo” e se dedicam à construção de um novo caminho, fundamentado em outra



matriz tecnológica, “alternativa”. Por estas razões, caracterizamos estes “espaços de germinação” como o tempo “das resistências às alternativas”.

É em meados dos anos 1980 que se afirmam o que aqui chamamos de “dinâmicas de interação”, das quais decorre a incorporação do conceito de “agroecologia” por um movimento que até então, se estruturava em torno do conceito de “alternativas”. Por esta razão, o caracterizamos como o período “da Agricultura Alternativa à Agroecologia”. São principalmente duas as dinâmicas de interação identificadas em nossa historiografia: os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs) que acontecem a partir do ano de 1981 e a Rede PTA que começa a se estruturar em 1983, a partir das ações do Projeto Tecnologias Alternativas (PTA).

Os EBAAs aconteceram principalmente por iniciativa da Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB) e da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB). Tendo ocorrido em 4 (quatro) edições (1981, 1984, 1987 e 1989), os encontros foram progressivamente se ampliando e se diversificando, envolvendo lideranças ligadas ao Movimento Sem Terra (MST) e à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), além de profissionais de outras áreas do conhecimento, a exemplo das Ciências Sociais.

A Rede PTA é consequência das ações desenvolvidas no âmbito do PTA, iniciadas em março de 1983. Este projeto, por sua vez, é fruto do acolhimento pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) Nacional à iniciativa de dois economistas que ao regressarem do exílio imposto pelo regime militar que se instalou no Brasil em 1964, trazem de suas experiências na Europa – especialmente na França – a ideia de apoiar as lutas do campo a partir do fortalecimento das atividades produtivas, ao lado de uma leitura crítica à agricultura de base industrial.

A estratégia de ação “em rede”, aliada a um conjunto de ações envolvendo pesquisa, formação e comunicação permitiram que a Rede PTA se constituísse como um fecundo espaço de articulação e aprofundamento das ações no campo da Agroecologia. Dentre as diversas realizações do PTA, cabe aqui destacar (em função da historiografia proposta) a primeira tradução para o português do livro organizado por Miguel A. Altieri denominado “Agroecologia” que recebeu o sugestivo subtítulo de “as bases científicas da Agricultura Alternativa”.

A emergência da polissêmica categoria “Agricultura Familiar” foi essencial para a expansão do movimento agroecológico brasileiro, conforme expressa o subtítulo do terceiro tempo de nossa historiografia: “da Pequena Produção à Agricultura Familiar”. Tal processo acontece em meio a uma importante redefinição no movimento sindical rural brasileiro quando este passa a posicionar-se politicamente “Rumo a um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável” - subtítulo do 7º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNTTR), realizado em 1998 - no qual a Agroecologia encontra ancoragem. De fato, este Congresso consistiu na culminância de um processo deflagrado em 1995 quanto, por ocasião do 6º CNTTR, a CONTAG se filia à Central Única dos Trabalhadores



(CUT), aproximando as lutas de trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos/as em torno de um projeto de desenvolvimento (e de sociedade) que assume como bandeiras fundamentais a reforma agrária e a agricultura familiar.

Outro movimento de expansão que compõe a historiografia aqui proposta refere-se à criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), após a realização do Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), em 2002. A ANA constitui-se a partir de então, como um espaço privilegiado de articulação deste movimento social que progressivamente caracteriza-se como um “plural-articulado” (RAUBER, 2003, p.58). Consideramos que assim se consolida a estruturação do movimento agroecológico brasileiro e, portanto, este marco histórico – a criação da ANA – encerra a demarcação histórica adotada pela pesquisa que dá base a este artigo.

## **Conclusões**

A historiografia apresentada revela que o movimento agroecológico brasileiro vai se constituindo a partir e através de uma permanente busca por alternativas de resistência. São sujeitos dessa busca, tanto as famílias agricultoras que vivenciam os desafios da produção agrícola no seu quefazer produtivo cotidiano, quanto aqueles/as que os tomam para si, a partir de sua leitura de mundo, como é o caso de profissionais e estudantes de diversas áreas do conhecimento.

A busca por alternativas aproxima estes dois universos numa perspectiva de múltiplas resistências. A cada resistência, uma afirmação. Da resistência na terra, emerge a afirmação do potencial produtivo da agricultura familiar. Da resistência ao modelo tecnológico agroquímico, emerge uma nova matriz tecnológica de base agroecológica. Da crítica à imposição de verdades científicas ou populares, a troca de saberes. E, por fim, da invisibilização sócio-histórica do rural, a afirmação política do potencial econômico, social, ambiental e humano de um desenvolvimento fundamentado na agricultura familiar.

Os vínculos com as formulações freireanas, expressos por ideias-força como autenticidade, cultura e saber popular, democracia, nacionalismo, humanismo, organicidade, dentre outras nos permitem afirmar ainda que a Agroecologia, no Brasil, é expressão do projeto de desenvolvimento da Educação Popular.

## **Referências bibliográficas**

BRANDÃO, C. R. **Pensar a Prática**: escritos de viagem e estudos sobre a educação. São Paulo: Edições Loyola, 1984. 176 p.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 224 p.

QUIROZ, D. A Agroecologia é uma Revolução Epistemológica (Entrevista com Victor M. Toledo). **Revista Agriculturas**, v. 13 N.1, p. 42-5, 2016.

**XI CBA**  
**Congresso**  
**Brasileiro de**  
**Agroecologia**  
Ecologia de Saberes:  
Ciência, Cultura e Arte na  
Democratização dos  
Sistemas Agroalimentares



RAUBER, I. **Movimientos sociales y representación política:** articulaciones (2003). Disponível em <http://www.rebellion.org/docs/4518.pdf>. Acesso em 24 jun. 2019.